

Mensagem encaminhada na lista da ABRH-GESTÃO para conhecimento e possível manifestação da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas.

----- Mensagem encaminhada -----

De: 'A. Eduardo Lanna' edulanna@gmail.com [ABRH-Gestao] <ABRH-Gestao-noreply@yahoogrupos.com.br>

Data: 28 de maio de 2016 18:06

Assunto: Recursos Hídricos: Hidrogeólogos são importantes nos planos de recursos hídricos?

Para: Lista ABRH <abrh-gestao@yahoogrupos.com.br>

Colegas

Um colega nosso fez uma representação a um ente contratante de planos de recursos hídricos, questionando a ausência de hidrogeólogo na equipe-chave requerida em um edital. Não nomeio o colega ou o ente pois não vem ao caso fulanizar esta discussão. Também não sei o resultado deste seu questionamento.

No entanto, constata-se que em vários editais referentes a contratação de planos de recursos hídricos em diversas situações não é prevista a presença de hidrogeólogo na equipe-chave. São muitas as hipóteses que se pode considerar para este fato:

1. entende-se que as águas subterrâneas não são tão importantes nos sistemas de suprimento hídrico,
2. presume-se que o hidrólogo também domine as águas subterrâneas,
3. entende-se que os hidrogeólogos em sua formação não se preparam para contribuir com os planos de recursos hídricos,
4. entende-se que um profissional da equipe acessória, não pontuada, possa atender as demandas de conhecimentos sobre estes recursos, sem necessidade de se buscar especialista mais qualificado, e que seja pontuado;
5. não se percebe a relevância deste tipo de profissional na equipe contratada.

Repito abaixo a parte inicial da representação que o mencionado colega apresentou e aguardo **a manifestação dos colegas da lista como forma de aprofundar esta discussão** e, talvez, reparar esta possível lacuna nas exigências dos editais aludidos.

CONSIDERANDO-SE QUE:

1. As águas subterrâneas constituem-se em recursos hídricos, assim como as águas superficiais e, muito embora não tenham o mesmo destaque que estas na Lei Federal n. 9.433/1997, onde “a inclusão da água subterrânea neste diploma legal ficou sendo meramente cartorial” (REBOUÇAS,1999 – “Águas Doces do Brasil” – Cap. 4), focando nos aspectos associados à outorga e infrações, sabe-se de seu caráter indissociável no ciclo hidrológico e da necessidade de gestão integrada quando do planejamento dos recursos hídricos. Também fica clara a necessidade

de se considerar as águas subterrâneas quando da análise, discussões e aplicação nos instrumentos definidos pela Política Nacional de Recursos Hídricos: Planos de Recursos Hídricos; enquadramento dos corpos de água; outorga; cobrança; e Sistema de Informações. E, de forma análoga, aos instrumentos previstos nas legislações estaduais.

2. A Constituição Federal de 1988 dividiu entre a União e as unidades da federação o domínio da água, mencionando como bens das unidades da federação “as águas superficiais ou subterrâneas (...)” (Art. 26, inciso I).
3. Cabem menções às Resoluções Federais do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) n. 396/2008, que “dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas”, e n. 420/2009, que “dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas”, considerando-se “a necessidade de prevenção da contaminação do solo visando à manutenção de sua funcionalidade e a proteção da qualidade das águas superficiais e subterrâneas” e apresentando ainda, como anexo, “lista de valores orientadores para solos e para águas subterrâneas”. Outro documento de relevância é a Portaria n. 2.914/2011, do Ministério da Saúde, em processo de revisão contínua, que “dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade”, que é o documento muito utilizado para a verificação de atendimento a padrões de qualidade das águas para consumo humano.
4. A Resolução do CNRH (Conselho Nacional de Recursos Hídricos) n. 145/2012, que “estabelece diretrizes para a elaboração de Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas e dá outras providências”: a) em seu Art. 10º, menciona que “os Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas deverão ser constituídos pelas etapas de diagnóstico, prognóstico e plano de ações, contemplando os recursos hídricos superficiais e subterrâneos (...)”; b) em seu Art. 11º, cita que “o Diagnóstico da situação atual dos recursos hídricos deverá incluir, no mínimo, os seguintes aspectos”: (...) “IV - avaliação quantitativa e qualitativa das águas superficiais e subterrâneas;” sem mencionar as citações genéricas a recursos hídricos (que também contemplaria as águas subterrâneas); c) em seu Art. 13º, menciona que “o Plano de Ações visa a mitigar, minimizar e se antecipar aos problemas relacionados aos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, de forma a promover os usos múltiplos e a gestão integrada” (...).
5. Ainda no âmbito do CNRH: a) a Resolução do CNRH n. 91/2008, que “dispõe sobre procedimentos gerais para o enquadramento dos corpos de água superficiais e subterrâneos”; b) há a Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CTAS), cujas 3 competências vão de encontro aos princípios aqui observados, inclusive a inserção da gestão de águas subterrâneas na Política Nacional de Gestão de Recursos Hídricos; propor mecanismos institucionais de integração da gestão das águas superficiais e subterrâneas; propor mecanismos de proteção e

gerenciamento das águas subterrâneas; analisar e propor ações visando minimizar ou solucionar os eventuais conflitos.

6. O Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH, que foi aprovado pelo CNRH, por meio da Resolução CNRH n. 58/2006, e tem por objetivos estratégicos de “(...) a melhoria das disponibilidades hídricas, superficiais e subterrâneas, em qualidade e em quantidade (...)”. Menções às águas subterrâneas também são feitas no documento Parecer Técnico n. 01/2015/CTPNRH/CNRH/MMA, que versa sobre a “Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos: Prioridades 2012-2015”, inclusive citando a necessidade de articulação entre governo federal e unidades da federação. Também vai de encontro aos objetivos do PNRH e a esta articulação, o Pacto Nacional pela Gestão das Águas, uma cooperação entre os governos estadual e federal, de articulação política e administrativa para apoiar a implementação do modelo brasileiro de governança das águas – integrado, descentralizado e participativo, conforme a Política Nacional de Recursos Hídricos. Este Pacto prevê “a integração dos aspectos de quantidade e qualidade das águas; integração da gestão das águas com a gestão ambiental; integração da gestão dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos; e integração da política de recursos hídricos com outras políticas de estado”.

Eduardo Lanna